



3886 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT26 - Educação do Campo

O PROCAMPO NO CONTEXTO DO PRONACAMPO: Estado, políticas públicas e formação política de educadores (as) do campo.
Adriana Coimbra Rolim - UFMA - Universidade Federal do Maranhão
Antonio Paulino de Sousa - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

O PROCAMPO NO CONTEXTO DO PRONACAMPO: Estado, políticas públicas e formação política de educadores (as) do campo.

Resumo: O estudo trata sobre a análise empírica da formação política do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO), no contexto do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), programa que dá suporte as políticas de Educação do Campo no âmbito nacional. Essa análise problematiza em as contradições e correlações de forças hegemônicas e contra hegemônicas no seio da mediação entre Estado, políticas públicas, educação e capital, no contexto da Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo, PROCAMPO, Formação Política.

O PROCAMPO NO CONTEXTO DO PRONACAMPO: Estado, políticas públicas e formação política de educadores (as) do campo.

1. INTRODUÇÃO

É notório perceber que a Educação do Campo está inserida em um contexto de contradições, no sentido de que, as políticas públicas voltadas para esse segmento serem conquistas sociais buscadas através dos movimentos sociais com o intuito de suprir uma necessidade urgente de construir e executar um projeto de Educação integrado ao projeto popular de sociedade, mas, estas mesmas políticas públicas, podem vir a servir a um propósito desarticulador da luta por uma Educação do Campo, principalmente quando observamos que as políticas emergentes têm imposto à minimização das políticas públicas relativas ao campo, com cortes significativos de recursos para permanência dos estudantes nos programas e políticas.

Ao refletir sobre esse sistema dual de acesso às políticas públicas, onde a tendência geral é observar que as políticas sociais se transformam no contexto do neoliberalismo, em ações pontuais e compensatórias, onde, tentam apaziguar os ânimos daqueles que lutam por igualdade, por um lado, e favorecem o fortalecimento daqueles que já tem seus privilégios assegurados, é que se fez necessário analisar o processo de formação política do Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO) no Maranhão, no contexto do Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), surgido em 2012, a partir da problematização em torno das contradições e correlações de forças hegemônicas e contra hegemônicas no seio da mediação entre Estado, políticas públicas, educação e capital, no contexto do campo e da Educação do Campo.

Concebemos aqui, o Estado, no sentido Integral (GRAMSCI, 2001), como mediação concreta de um todo complexo que envolve a disputa intra e interclasses pela hegemonia do poder que utiliza mecanismos como a educação. O Estado em que se pretende abordar nessa investigação, portanto, é antes de tudo uma relação social construída a partir de uma base material capitalista constituída pela exploração de classe, pela submissão da vida social às exigências do mercado e da mercantilização da própria vida. Assim, as análises permeiam experiências de educação superior em Educação do Campo, e suas relações e mediações entre Estado, políticas públicas e sociedade civil no contexto da educação e da materialidade do capital no campo.

Neste contexto, soma-se o fato de que a Educação do Campo, como paradigma contra hegemônico em construção, defende um novo perfil de educador para as escolas do campo, que não apenas "repita mecanicamente conteúdos" e que enxergue o campo em sua totalidade e materialidade, sendo conhecedor da história de produção das desigualdades e história das políticas de dominação-subordinação da agricultura, dos povos do campo e dos que trabalham à lógica do capital (CALDART, 2007).

O artigo, nesse sentido, propõe uma discussão empírica para compreender o lugar e o caráter destas políticas públicas e qual a formação política que elas apresentam para a Educação do Campo.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO: Contradições, Estado e Políticas Públicas.

Quando afunilamos a discussão para uma educação no campo, enxergamos que apesar da nossa origem ser agrária, o campo sempre foi visto como lugar de atraso e por isso, políticas educacionais com o foco no campo nunca foram prioritárias. Percebe-se que as políticas para uma educação rural só foram aparecer por volta de 1910/20 quando houve um grande movimento de migração do campo para a cidade, onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo. Para barrar um pouco esse movimento migratório e fixar o homem no campo, elevando a produtividade dessas áreas, é que se instaurou uma educação rural. (BRASIL 2002, p. 11)

As escolas rurais desse modo, não surgiram com um propósito de desenvolver o território rural, mas sim de abastecer a vida das cidades, manter a exploração dos trabalhadores rurais por meio do trabalho manual, principalmente nas grandes lavouras dos grandes latifundiários e barrar o êxodo rural.

As consequências de uma educação no campo, nos moldes de uma educação rural, ou seja, adequada aos modelos políticos de desenvolvimento econômicos que os de interesse da classe dominante, foram, de certo modo, um canal de difusão e reforço do ideário do campo como um lugar de atraso. Além disso, quando existe uma escola na área rural, a educação é oferecida nos mesmos moldes das escolas das áreas urbanas, sem pouca tentativa de adequação da escola rural às características dos camponeses, ou dos seus filhos, quando estes a frequentam, silenciando a identidade com a cultura e o modo de vida do campo.

A continuidade desse descaso durante o século XX fez com que os trabalhadores rurais começassem a se mobilizar - fim dos anos 1970 e

início dos anos 1980 – frente às políticas governamentais. Um dos movimentos que surgira nesse momento fora o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST). Este movimento é considerado um importante sujeito histórico contra a concentração histórica da grande propriedade no país, pautando junto com outras entidades as lutas a favor da Reforma Agrária.

A Constituição de 1988 foi resultado dessa luta popular que emergiu contra a ditadura e restabeleceu a democracia. Nesse contexto, a luta pela terra possibilitou a formação de uma concepção democrática de educação, em que os seus protagonistas propuseram e levaram a cabo o direito de ter uma escola que contribua de fato para o desenvolvimento do campo. Igualmente as *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* (2002), representam uma conquista dessa caminhada. Todas as políticas públicas de Estado da mesma maneira ganham força e espaço através das pressões sociais.

Entretanto, o Estado é uma instituição social que envolve estrutura, política, ideologia e sociedade. Partindo disso é que ele se faz contraditório quando moldado numa sociedade capitalista de divisão de classes, ao mesmo tempo em que ele executa o papel de manter e perpetuar o poder da classe dominante, ele também se apresenta como representante do conjunto da sociedade para mascarar sua verdadeira identidade. Essa contradição nada mais é do que a manifestação das contradições de classe da sociedade capitalista.

Atualmente, podemos observar que os movimentos sociais populares do campo já avançaram na conquista de políticas educacionais para os povos do campo. Só que dada sua natureza capitalista, o Estado faz a mediação entre as demandas sociais da classe trabalhadora e os interesses do capital. Observamos que, não são todas as demandas da sociedade, nem todas as demandas em sua totalidade, que se transformam em políticas públicas. Além disso, mesmo as políticas públicas, por vezes já concretizadas em ações não solucionam o problema, devido às contradições que elas encontram na sociedade capitalista. O que acontece é que as políticas públicas conquistadas por esses movimentos têm na parte de construção e gestão sujeitos de fora do contexto. O Estado nesse sentido favorece uma educação do campo, mas ao mesmo tempo limita suas ações (TAFAREL & MOLINA, 2012).

3. A FORMAÇÃO POLÍTICA NO PROGRAMA DE APOIO À FORMAÇÃO SUPERIOR EM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DO PRONACAMPO

O PROCAMPO no contexto do PRONACAMPO, a partir de 2012, é tomado como política pública construída nas relações e determinações histórico-políticas entre as contradições hegemônicas do *agrobusiness* disputadas pelo patronato rural e pelos sujeitos do campo, que acessam os cursos na perspectiva de “romper as cercas” da negação do direito à escola e universidade pública aos povos do campo, no sentido de que a formação conquistada se configure como território de emancipação política e humana para si e seus descendentes. O acesso ao direito colabora na construção do que Carvalho (2005) denominou, em relação à agricultura camponesa, de “horizonte das gerações”, ou projeto coletivo de futuro.

Há que se destacar que a problemática das escolas do campo não se restringe ao quantitativo de professores não habilitados para o exercício da função, conforme o nível de ensino, mas também no que se refere à sua preparação política e pedagógica para atuar nas escolas do campo, considerando suas especificidades e o contexto de disputa hegemônica dos aparelhos burgueses representantes do capital agrário por sobre a escola no campo. Diante disso, o PRONACAMPO é visto como um programa que necessita ser mais bem debatido no âmbito da Educação do Campo, uma vez que possui um caráter em disputa que ora dialoga com os princípios-base da Educação do Campo em sua radicalidade, e ora apresenta abertura do agronegócio na disputa por recursos públicos no interior desta política.

Apesar desta contradição no Programa, segundo FONEC (2012), podem ser visualizadas conquistas significativas no que diz respeito à formação de educadores do campo, por meio da ampliação de políticas com tal finalidade. Diante disso, o PRONACAMPO possui caráter híbrido, já que sua constituição e estrutura ideológica são disputadas no seio das classes sociais. Sobre isso, Santos & Silva (2016), expõem que em seu interior há certa restrição ao protagonismo dos movimentos sindicais e sociais na elaboração das ações desta política, fato que atinge um dos eixos estruturantes da Educação do Campo, qual seja: a Pedagogia do Movimento e a formação política de sujeitos do e para o campo.

A categoria Formação Política, de forma geral, segue os pressupostos de Freire (1996) e de forma específica, é entendida aqui com base em Silva (2013) que estudou a formação política do educador do Campo no contexto da Universidade de Brasília (UnB), tomando-a segundo dois eixos: a) A Formação Política como Despolitização; b) A Formação Política como Politização. Sobre a formação como despolitização, pode-se associar aos princípios-chave da chamada Pedagogia Burguesa atrelada às concepções da escola capitalista, que agrega, elementos pautados na internalização e naturalização das desigualdades socioeconômicas que o sistema do capital produz. Neste estudo, decomps a categoria nas seguintes dimensões: valores transmitidos pela escola formal – individualismo, competitividade, relação hierárquica; democracia representativa – apatia política, controle ideológico, exclusão social, dominação; ensino superior e formação alienada do trabalhador – fragmentação do conhecimento, visão técnica do conhecimento, pragmatismo, submissão e exclusão; escola capitalista – neutralidade científica formação técnica, alienada, desconectada da realidade de vida dos estudantes, conteúdos hierárquicos e controle (SILVA, 2013).

Na segunda dimensão, formação política como politização, fora considerada a inter-relação orgânica entre a materialidade de origem da Educação do Campo como prática social e concreta na disputa contra hegemônica da classe trabalhadora do campo contra a “educação para o consenso” (GRAMSCI, 2001). Neste ponto, agregaram-se como itens fundamentais: luta social, formação para além da sala de aula, perspectiva da transformação social; valores – solidariedade, cooperação, visão política do conhecimento; democracia participativa – emancipação social, soberania popular, construção coletiva do projeto social; pedagogia socialista – conteúdos não hierárquicos, ligação com a realidade de vida dos estudantes, relação não hierárquica entre docentes e educandos; formação do intelectual orgânico – formação para a organização social, formação para a capacidade de direção, capacidade de discussão dos problemas no coletivo, práxis teórica e visão de classe (SILVA, 2013).

O PRONACAMPO, para França (2016), deste modo, conjuga ideias e interesses distintos, que abrangem uma educação que busca atender aos movimentos sociais do campo, voltados para a agricultura familiar e uma educação orientada pelo setor privado, voltada para a agricultura empresarial (o agronegócio). A análise evidencia que o PRONACAMPO apresenta referenciais de políticas públicas diferenciados e que refletem ideias de grupos de atores distintos. Portanto, o PRONACAMPO expressa um referencial de política heterogênea, ao agregar interesses opostos.

4. CONCLUSÃO

O presente estudo permitiu uma aproximação e entendimento de qual formação política pode se esperar de um Curso de Licenciatura em Educação (PROCAMPO) dentro de uma política pública de Educação do Campo numa escala maior de institucionalização que é o PRONACAMPO. Este, possuindo uma política híbrida, uma vez que seu próprio contexto de surgimento realça essas contradições, se torna promotor de formações políticas distintas dentro de um mesmo espaço.

O PRONACAMPO se insere assim, nesse momento de disputa ampla do Estado, para a efetivação de projetos distintos. De um lado as agências internacionais e a elite agrária lutando para sua hegemonia e de outro os movimentos sociais e populares camponeses, que no acirramento das contradições do modelo capitalista lutam por políticas, dentre elas as de educação.

Apesar das diretrizes gerais, que definem o PRONACAMPO, terem como princípios uma Educação do Campo e quilombola, é possível perceber que em sua prática, as políticas que se encontram no programa apresentam uma multiplicidade de conteúdos que envolvem as disputas que circundam a política de educação do campo e se configuram numa arena em que os segmentos sociais negociam e disputam ideias, favorecendo também diferenças na formação política deste programa.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. vol. 2.

CALDART, Roseli. "Sobre Educação do Campo". In: **Anais do III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Luziânia, Goiânia, de 02 a 05 de Outubro de 2007.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Brasília: 2002.

TAFAREL, C & MOLINA, M. C. Política Educacional e Educação do campo. In: CALDART, R.S.; PEREIRA, I.B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G.(Orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins. **O Campesinato no século XXI: possibilidades e condicionantes de desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo Seminário Nacional**– BSB, 15 a 17 de agosto 2012.

SANTOS, Ramofly Bialho & SILVA, Marizete Andrade da. Políticas Públicas em educação do campo: PRONERA, PROCAMPO e PRONACAMPO. In: **Revista Eletrônica de Educação**, v.10, n.2, p. 135-144, 2016.

SILVA, Júlio Cezar Pereira da. **A formação política do educador do campo: estudo do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília**. Programa de Pós-Graduação em Educação (Dissertação), UNB, 2013.

FRANÇA, Damiana de Matos Costa. **Políticas Públicas de Educação para a população do campo: uma análise do PRONACAMPO a partir de uma abordagem cognitiva**. Programa de Pós-Graduação em Educação (Tese), Porto Alegre, 2016.